

RESENHA

Composição, Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. ISSN: 1983-3784. v 3, n 27 - jul-dez 2022. p.50-59. Doi: <https://doi.org/10.36066/compes.v3i27.16125>

BRASIL É O QUE MATA: A FORÇA POLÍTICA DA PALAVRA EM *NÃO VÃO NOS MATAR AGORA*

BRAZIL IS WHAT KILLS: THE POLITICAL STRENGTH OF THE WORD *WON'T KILL US NOW*

Iago O. Porfírio da Silva¹

Recebido em 23/06/2022; revisado em 15/12/2022; aceito em 23/01/2023

Resumo: Publicado pela coleção Encruzilhada, da editora Cobogó, que procura pautar o antirracismo, os feminismos e o anticolonialismo no bojo de uma teoria crítica, *Não vão nos matar agora* reúne textos, cartas e artigos da artista e pesquisadora da imagem, da poesia, da teoria crítica e da performance Jota Mombaça. O livro surge em um contexto de intensa mobilização política dos debates em torno da cisgeneridade, do racismo e da branquitude, mas também de levantes anti racistas como forma de criar “barricadas”, para usar o termo da autora, contra o fascismo e a política de extermínio dos corpos dissidentes de gênero e raça que impera nos dias de hoje. Assim, apresento neste texto alguns dos elementos trazidos por Mombaça em seus textos-pistas-para-a-fuga.

Palavras-chave: Jota Mombaça; gênero; antirracismo; anticolonialismo; política.

Abstract: Published by the Encruzilhada collection, by Editora Cobogó, which seeks to guide anti-racism, feminisms and anti-colonialism within the framework of a critical theory, *Não vai nos matar agora* brings together texts, letters and articles by the artist and researcher of image, poetry, theory criticism and the performance of Jota Mombaça. The book appears in a context of intense political mobilization of debates around cisgenderism, racism and whiteness, but also of anti-racist uprisings as a way of creating “barricades”, to use the author’s term, against fascism and the politics of extermination of dissident bodies of gender and race that reigns today. Thus, in this text I present some of the elements brought by Mombaça in her texts-clues-to-a-fuga.

Keywords: Jota Mombaça; gender; anti racism; anti colonialism; policy.

O Brasil resiste, apesar do Brasil! Quais corpos resistem? No momento em que escrevo este texto, a título de exemplo, um homem negro, Genivaldo de Jesus Santos, é torturado até a morte pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), após ser asfixiado em uma

¹ Doutorando em Comunicação e Cultura Contemporâneas- Universidade Federal da Bahia (PósCom/UFBA), Av. Barão de Geremoabo, s/nº, Campus de Ondina, CEP 40.170-115 Salvador – Bahia,. Tel.: (71) 3283-6193. E-mail: iago.porfirio@ufba.br

“câmara de gás” improvisada no porta-malas da viatura da PRF². O crime ocorreu em Umbaúba, litoral sul de Sergipe. Dias antes a esse crime, uma chacina, sob o comando da Polícia Militar, deixa 25 pessoas mortas na favela da Vila Cruzeiro, Zona Norte do Rio de Janeiro³. “O Brasil é o que asfixia e mata. O Brasil é a chacina” (MOMBAÇA, 2021, p. 16). As corporeidades negras desumanizadas pelo escravismo e racismo, de que fala Beatriz Nascimento (1989), em um processo da colonialidade clivado na sociedade contemporânea, que vai da negação à memória aos sistemas despóticos de um Estado que opera sua necropolítica (MBEMBE, 2018), ao ditar os corpos que devem morrer com sua carga de horrores institucionalizada, como as descritas no início. Como sintetiza Abdias do Nascimento (1978, p. 137), é o “genocídio perpetrado com iniquidade e patológico sadismo contra a população afro-brasileira”.

Nesse contexto de vidas que são “matáveis” e de “corpos que abandonam os projetos de futuro”, como no dizer de Jota Mombaça (2021, p. 65)), temos a publicação de *Não vão nos matar agora* (2021), da mesma autora. Natural de Natal, Rio Grande do Norte, Mombaça é, como se autodenomina, uma trabalhadora-cultural trans e negra, artista visual que vive e trabalha migrando entre a ex-colônia, Fortaleza, Lisboa e Berlim. Seu trabalho versa entre a poesia, teoria crítica e performance. Como artista das imagens e das palavras que tem como pauta do moderno-colonial e sua figuração para o fim do mundo, Mombaça transita nas relações entre monstrosidade e humanidade, estudos queer, crítica colonial e os tensionamentos entre ética, estética, poética e política nas rupturas das violências contra as vidas desobedientes de gênero e dissidentes sexuais, pensando formas de produção do conhecimento capazes de construir outro mundo e reconfigurações da negritude.

Estabelecendo uma interlocução com intelectuais como Denise Ferreira da Silva, Frantz Fanon, Fred Moten, Octavia Butler e, em certa medida, Leda Martins, Édouard Glissant, bell hooks e Patrícia Hill Collins, Jota Mombaça, em sua escrita visceral e contundente, desdobra em seu novo livro a conjunção do pensamento crítico e político,

²Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2022/05/26/camara-de-gas-dentro-de-viatura-da-prf-mata-homem-no-litoral-do-sergipe-leia-repercussao>>. Acesso em: maio de 2022.

³ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/05/sobe-para-24-numero-de-mortos-em-operacao-policia-na-vila-cruzeiro-rj.shtml>. Acesso em: maio de 2022.

seja pelas memórias e escritas de si, do corpo-palavra, ou na relação que estabelece como forma de enfrentamento aos processos de enunciação e prática de um colonialismo e toda a sua brutalidade, mas também como “pistas mais-do-que-críticas para a travessia e para a fuga”. Pistas para fugir – e a fuga tomada no sentido dado por Dénètem Touam Bona (2021), ou seja, “sempre em contraponto às máquinas de captura” (BONA, 2021, p.3) –, de um Brasil, enquanto, nas palavras da autora, “ficção colonizada e recolonial” (MOMBAÇA, 2021, p. 16), distópico para as populações indígenas, negras e para os corpos dissidentes. Fuga, para voltar a Bona (2021), não como ideia de covardia ou reação a uma ação que requer decerto um instinto de sobrevivência, como nos animais, mas como “fuga criativa”, explicar o autor, para desdobrar “culturas cuja organização e cujos valores se opõem diametralmente àqueles das sociedades escravagistas” (BONA, 2021, p. 5). Fuga tampouco como um ato migratório, até porque “os limites territoriais impostos à terra são seu cativo e não sua definição” (Mombaça, 2021: 16), mas como “possibilidades de viver” (MOMBAÇA, 2021, p. 18).

É com essa proposta que *Não vão nos matar agora!* reúne textos-pistas-para-a-fuga, se assim quisermos colocar, com textos escritos em diferentes etapas e períodos da vida artística de Mombaça, e em diversos contextos e lugares, sem uma ordem linear de acontecimentos, até porque “o livro foi feito como uma barricada, para roubar tempo”, destaca Mombaça (2021, p. 17), indo de pequenas atividades de seu cotidiano íntimo e particular a acontecimentos macropolíticos, como, para citar um exemplo, o seu relato de 1º de janeiro de 2019, o dia em que o país e o mundo assistia a posse de um governo fascista no Brasil: “O mundo à minha volta parecia ter sido desligado e eu via tudo lento. Um silêncio profundo percorreu tudo” (MOMBAÇA, 2021, p. 93). Contudo, ao mesmo tempo em que a autora nos apresenta pistas para criar condições de possibilidade para sobreviver a esses tempos sombrios, há, por assim dizer, o desafio que se coloca para pensar as formas de construção de após o fim do mundo – não no sentido do pensamento judaico-cristão –, um mundo tal como tem sido tecido, emaranhado com suas mais sórdidas e perversas heranças do colonialismo. “Não vão nos matar agora porque ainda estamos aqui”, diz a autora, ainda que frente ao

“apocalipse do mundo de quem nos mata” (MOMBAÇA, 2021, pp. 13-14). A autora dispensa construir empatia com “quem nos mata”, e, menos ainda, “cantar a esperança” ou “salvar o mundo, o Brasil”, como alerta em suas palavras iniciais, mas endereça seus textos-pistas-para-a-fuga aos que “vivem e vibram apesar do Brasil”. Apesar do Brasil assolado pelo fascismo, enlutado pelas mortes da Covid-19 – muitas das quais poderiam ter sido evitadas não fosse a negligência do atual governo –, pela violência contra os indígenas, os quilombolas, as mulheres, os LGBTQIA+, o povo da periferia. O Brasil, diz a autora, “é o que acontece quando a milícia do presidente executa Marielle” (MOMBAÇA, 2021, p. 16), quando o governador da maior cidade do país, São Paulo, em seu discurso de posse⁴, diz que a “polícia vai atirar para matar” e, alguns meses depois, vemos um massacre cometido pela Polícia Militar⁵, a mesma que atiraria para matar, contra nove jovens pretos de Paraisópolis, periferia da zona Sul de São Paulo, por exemplo.

O livro divide-se, então, em onze capítulos, que se estruturam como cartas, escritas no Brasil ou em Lisboa, Portugal, onde também a autora reside e que, na ocasião, esteve durante o início da pandemia de Covid-19, além de ensaios e relatos de experiências artísticas e acadêmicas, sempre nos provocando a pensar sobre os processos coloniais e suas marcas. Impossível, nesse sentido, sairmos do texto da autora da mesma forma em que entramos, por ser uma leitura que provoca e instiga o pensamento crítico e político, e em razão também da posição que toma Mombaça diante da linguagem, como fala Fanon (2008, p. 34), pois “existe na posse da linguagem uma extraordinária potência”. O que a autora propõe, com isso, é pensar justamente a ruptura a uma linguagem acadêmica eurocentrada, que reproduz e corresponde, em certa medida, aos sistemas de violência aos quais se diz, muitas vezes, ser contra. O livro, então, apresenta uma política da própria escrita ao mesmo tempo em que cria um espaço de experimentação para a crítica acadêmica, luta antirracista e anticolonial ou mesmo organização política. Portanto, é uma escrita urgente que funda a performance de um

⁴ Refiro-me ao discurso de posse do então governador de São Paulo João Dória, em janeiro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/a-partir-de-janeiro-policia-vai-atirar-para-matar-afirma-joao-doria.shtml>. Acesso em: junho de 2022.

⁵ Refiro-me ao massacre no Baile da DZ7, em Paraisópolis, São Paulo, em dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/01/massacre-de-paraisopolis-familiares-lutam-por-justica-em-meio-a-dor-e-saudade>. Acesso em: junho de 2022.

corpo e de uma memória em palavras espirais, para usar o termo de Leda Martins (2021), a partir também de um tempo espiralar, em que “tudo vai e volta, não como similaridade especular, uma prevalência do mesmo, mas como instalação de um conhecimento” (MARTINS, 2021, p. 206).

Assim resulta essa compreensão multifacetada dos textos e organização dos capítulos, como algo que é sempre *menos*, após o conhecimento performático do corpo e da memória descritos em palavras – e *menos* não no sentido de perda, mesmo porque, conforme explica a autora, a ideia de “perder o mundo” é indutora de uma ansiedade profundamente enraizada nas subjetividades brancas” (MOMBAÇA, 2021, p. 40), mas no sentido, parece-me, de advogar uma escrita e escuta coletivas, para abalar a ordem social, política e econômica matizada por uma hierarquia dos privilégios de raça, classe e gênero – perder e, em vez disso, acabar e pôr fim a esse mundo “como nos foi dado a conhecer – mundo devastado pela destruição criativa do capitalismo, ordenado pela supremacia branca, normalizado pela cisgeneridade como ideal regulatório, reproduzido pela heteronormatividade” (MOMBAÇA, 2021, p. 82) . Nessa direção, no livro, os capítulos estão dispostos em numeral de forma decrescente (-1, -2, -3, e, assim, sucessivamente), com a diferença para os dois primeiros capítulos, que começa com o número 1 (*Na quebra. Juntas*) e depois o número 0, este justamente com o título *O mundo é meu trauma*.

É preciso “conceber resistências e linhas de fuga que sigam deformando os modos do poder através do tempo”, destaca Mombaça (2021, p. 68), linhas de fuga no sentido deleuze-guatariano do termo, que conduzem o textos-pistas-para-a-fuga para desmontar os sistemas da colonialidade e do racismo, “abrir espaço para formas de enunciação historicamente desautorizadas pelos regimes de fala e escuta da supremacia branca e do eurocentrismo” (MOMBAÇA, 2021, p. 35-36), para romper e desfazer um escrita que, ela própria, supõe a legitimidade política dos enunciadores sempre autorizados a falar, enquanto a outra parte foi relegada à condição do “ouvir”. São essas lógicas estruturantes de um sistema opressor e seus “efeitos brutalizantes” que a autora nos convida, insistentemente, a desobedecer de forma crítica e incisivamente política, pois esse mesmo sistema instaura uma guerra, contra a qual é preciso lutar abandonando a “posição de vítima” mesmo sabendo que “o Estado, a polícia, o branco e o homem

cis” seja incapaz de reconhecer e abandonar a sua “posição de agressor” (MOMBAÇA, 2021, p. 79). No dizer da autora, “não há saída senão aceitar de uma vez por todas que fomos inscritas numa guerra aberta contra a nossa existência e a única forma de sobreviver a ela é lutar ativamente pela vida” (MOMBAÇA, 2021, p. 79).

Para isso, é preciso autodefesa, alerta a autora, lançar mão de ferramentas e estratégias para elaborar “outras formas de perceber a própria fragilidade” pelas vias da corporalidade e da subjetividade, pois, no dizer de Martins (2021: 48), são “técnicas e procedimentos performáticos veiculados pelo corpo” em uma corporeidade, segundo a autora, que se instaura como “lugar e ambiente de produção e inscrição de conhecimento, de memória, de afetos e de ações. Um corpo pensamento” (MARTINS, 2021, p. 162). Com isso, Mombaça (2021) nos apresenta alguns conceitos que poderiam ser entendidos, nesse sentido, como textos-pistas-para-a-fuga e para, com efeito, pôr fim ao mundo, com rebeldia e construção de um regime político de escrita (pelo corpo, gestos, enunciação, etc), pois a “situação colonial não permite conciliação, porque é sempre já assimétrica”, alerta Mombaça (2021, p. 81).

Nesse sentido, a autora traz alguns conceito e noções, parte dos quais já vem desenvolvendo há alguns anos durante a sua trajetória artístico-acadêmica, como a “quebra”, a noção das “alianças”, plantação cognitiva, a noção de “fim do mundo/transição”, “redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência”, “ficções de poder”, além dos “usos políticos do conceito de lugar de fala” problematizados pela autora, ou mesmo a noção de “políticas da opacidade negra”, esta última na esteira do pensamento de Édouard Glissant e Dénètem Touam Bona, entre outras noções que atravessam suas densas reflexões ao longo do livro.

A primeira noção, então, esboçada pela autora, diz respeito aos modos de estar juntas e criar coletividades, um debate que escapa às estruturas que “oposicionam indivíduo e coletividade”, no dizer de Mombaça (2021, p. 23), em presenças desobedientes de gênero frente a um projeto de sujeito e identidade já instituídos na sociedade. “Como”, pergunta a autora, “habitar uma tal vulnerabilidade e como engendrar, nesse espaço tenso das vidas quebradas pela violência normalizadora, uma conexão afetiva de outro tipo, uma conexão que não esteja baseada na integridade do sujeito, mas em sua incontornável quebra?” (MOMBAÇA, 2021, p. 22).

Um dos possíveis caminhos apontados por Mombaça (2021) é justamente pela “quebra” que, de certo modo, rompe com uma posição individual e seus efeitos de “violências sistêmicas desindividualizantes”, a partir de uma prática coletivamente localizada nas instâncias epistemológica, política, ética e estética, sem as “lógicas coletivas generalizantes”. Nas palavras da autora, uma possível definição de para a quebra é que ela se refere ao “movimento abrupto, errático e desordenado do estilhaçamento” daquilo que quebra e deixa os estilhaços sem uma ordenação (MOMBAÇA, 2021, p. 24). Desse modo, como continua a autora, “politizar a ferida, afinal, é um modo de estar juntas na quebra e de encontrar, entre os cacos de uma vidraça estilhaçada, um liame impossível” para, assim, “habitar espaços irrespiráveis, avançar sobre caminhos instáveis e estar a sós com o desconforto de existir em bando, o desconforto de, uma vez juntas, tocarmos a quebra umas das outras” (MOMBAÇA, 2021, p. 26). Esse é o “sentido quebrado” para acompanhar outro modo de habitar o mundo e, como diz Mombaça (2021, p. 26), que acompanha o seu “movimento no mundo como corpo monstruoso, de presença aberrante e desobediente de gênero”, em um exercício sempre poético e político.

Pensado esse modo de coletivizar as lutas, sempre com uma “epistemologia da desconfiança”, como defende a autora, essa reflexão endossa o debate que faz no capítulo -4. *Notas estratégicas quanto aos usos políticos do conceito de lugar de fala*, oferecendo, no dizer de Djamila Ribeiro (2017, p. 16), uma “pista sobre quem pode falar ou não, quais vozes são legitimadas e quais não são”. Segundo a mesma autora, “existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções e, para além de refutar esse olhar, é preciso que partamos de outros pontos” (RIBEIRO, 2017, p. 22). Conforme alerta Mombaça (2021, p. 85), é preciso reconhecer, nesse sentido, “que há uma política (e uma polícia) da autorização discursiva que antecede a quebra promovida pelos ativismos do lugar de fala”. Os regimes de autorização discursiva e enunciativa estão instituídos contra esses ativismos, “de modo que o gesto político de convidar um homem cis euro-branco a calar-se para pensar melhor antes de falar introduz, na realidade, uma ruptura no regime de autorização vigente” (MOMBAÇA, 2021, p. 85).

São vozes historicamente silenciadas, desautorizadas e interrompidas que convertem o conceito de lugar de fala numa ferramenta política de interromper as vozes hegemônicas, segundo Mombaça (2021). Para a autora, a questão central desse conceito

se localiza na discussão não sobre “quem”, mas sobre “como” é dado o acesso à fala e à escuta. No dizer da autora, o conceito de “lugar de fala” e seus ativismos desautorizam o privilégio de vozes “hegemônicas”, como da branquitude e cisgeneridade, de enunciar verdades e “estabelecer seus regimes de intelegibilidade, falabilidade e escuta política” (MOMBAÇA, 2021, p. 86). Ou seja, os brancos até podem falar de racismo e pessoas cis de transfobia, como explica a autora, só que “não poderão falar como pessoas cis brancas, isto é: como sujeitos construídos conforme uma matriz de produção de subjetividade que sanciona a ignorância, sacraliza o direito à fala, secundariza o trabalho da escuta e naturaliza a própria autoridade” (MOMBAÇA, 2021, p. 86), reconhecendo os privilégios de sua branquitude e cisgeneridade, por assim dizer, e os “saberes situados”.

Mombaça (2021) conclui, então, fazendo ponto a outro conceito que será discutido no livro, ao dizer que os ativismos de lugar de fala operam um movimento de redistribuição da violência, “fazendo com que o modo como a violência foi socialmente distribuída seja bagunçado” (MOMBAÇA, 2021, p. 89), ou seja, de uma violência desigual e socialmente distribuída como fruto de “um projeto de mundo, de uma política de extermínio e normalização, orientada por princípios de diferenciação racistas, sexistas, classistas, cissupremacistas e heteronormativas” (MOMBAÇA, 2021, p. 74). É preciso, na política do lugar de fala, usar as táticas e linhas de fuga na redistribuição da violência como forma de se autocuidar, e não numa ideia de “justiçamento” e tampouco como meio de generalizar a violência, mas o comprometimento “com uma ética que pense a justiça como entidade mutante, contextual e provisória” (MOMBAÇA, 2021, p. 81), reconhecendo que não há respostas para os conflitos e questões complexas com as quais lidamos, pois a violência, além de criar marcas, é um evento sempre complexo, segundo a autora, e, para isso, “não há solução” e, mesmo redistribuindo a violência, não se pode “parar a máquina mortífera que são as polícias, as masculinidades tóxica e todas as ficções de poder” (MOMBAÇA, 2021, p. 83). É preciso, então, criar uma “barricada”.

Para concluir esta resenha dos textos-pistas-para-a-fuga que Mombaça apresenta em seu livro, cabe destacar um outro conceito que ela traz à luz da análise do trabalho performático, estético e político de Ana Pi, especificamente o *Noirblue* – *Deslocamentos de uma dança*, que é a política da opacidade negra, na esteira do

pensamento de Glissant. Conforme defende Glissant (2021), é preciso reclamar o “direito à opacidade” e argumentar em seu favor. Para o autor, reivindicar a opacidade é compreender a diferença e colocá-la em relação sem hierarquias, dizendo melhor, perturbando-as, à medida em que compreendo a/o outra/o em “meu sistema” sem a “minha norma”, eu a/o recrio novamente, sem a “própria ideia de escala”, diz Glissant (2021). “Opacidades podem coexistir, confluir, tramando tecidos cuja verdadeira compreensão estaria na textura dessa trama, e não na natureza dos componentes” (GLISSANT, 2021, p. 220). O opaco, então, não é o obscuro, como explica o autor, é o não “reduzível” para a garantia de participação e confluência. O pensamento da opacidade, por sua vez, abandona as verdades absolutas, relativizando “os possíveis de toda ação, fazendo-me sensível aos limites de todo método” (GLISSANT, 2021, p. 222).

É nessa direção que Mombaça faz uma leitura de Ana Pi, ao dizer que ela “materializa a negritude como um objeto do olhar branco-colonial enquanto marca o branco como um objeto de sua própria sujeição”, fazendo o corpo negro desaparecer em meio à luz negra para que a branquitude se reproduza como “única e totalitária forma de presença” (MOMBAÇA, 2021, p. 105). Reside aí, para a autora, a opacidade da poética negra, “sem ceder ao imperativo da transparência” para irradiar sua “força antirracista” para uma “audiência branca sem que esta seja capaz de sequer perceber aquilo pelo que está sendo tomada” (MOMBAÇA, 2021, p. 107).

Algumas palavras finais

Não vão nos matar agora pode ser lido como um texto-manifesto para resistir aos tempos de obscurantismo, como enfrentamento das normas violentas da branquitude, da cisgeneridade, da heteronormatividade, do fundamentalismo religioso judaico-cristão, seus rótulos e práticas racistas, etc., ou mesmo como textos-pistas-para-a-fuga, como advoga a autora e que, nessa direção, aqui procurei esboçar. Resistir às políticas da morte como projeto do fascismo que nos persegue, mas também como formas de criar “barricadas”, pois o Brasil é o que mata, quando a política genocida do governo massacra jovens pretos da periferia, mulheres e crianças, mulheres, crianças e idosos indígenas e, não satisfeitos, mandam executar aquelas e aqueles que lutam pelos direitos das minorias, deixando-nos a pergunta que reverbera de tempos em tempos: Quem mandou matar Marielle Franco? Quem mandou matar o

jornalista britânico Dom Phillips e o indigenista brasileiro Bruno Pereira, assassinados no Vale do Javari, no oeste do Amazonas, por denunciarem o massacre nos territórios indígenas?

Referências

BONA, Dénêtem Touam. **Arte da fuga**. *Piseagrama*, Belo Horizonte, nº 15, 2021, p. 18-27.

FANON, Frantz. O negro e a linguagem; A experiência vivida do negro. In: **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GLISSANT, Édouard. Pela opacidade. In : GLISSANT, Édouard. **Poética da relação**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar**: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

NASCIMENTO, Abdías do. **O Genocídio do Negro Brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo, Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Textos e narração de Ori**. Transcrição (mimeo). 1989.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte, MG: Letramento: 2017.